

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL¹

*Perspectives and challenges for professional education in the current context
of education and of world of labor in Brazil*

MARON, Neura Maria Weber²
GERMANO, Marcilei Serafim³

RESUMO

Considerando o trabalho categoria fundante do ser social, argumentamos que se deve buscar nos fundamentos histórico-ontológicos do trabalho o referencial teórico para a educação dos trabalhadores. Analisamos algumas perspectivas e concluímos apresentando alguns desafios postos à criação de políticas para a educação profissional no Brasil.

Palavras-chave: Fundamentos histórico-ontológicos do trabalho; Mundo do trabalho; Educação Profissional.

ABSTRACT

Considering labor a founding category of social being, we argue that a theoretical framework for worker's education should be found in the historical and ontological foundation of labor. We analyze some perspectives on this issue and conclude by pointing some challenges for the design of professional education policies in Brazil.

Keywords: Historical-ontological foundations of labor; World of labor; Professional Education.

¹ Versão modificada do trabalho apresentado na VIII ANPED SUL de 2010.

² Doutoranda em Tecnologia, área de concentração Tecnologia e Sociedade, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná UFPR, é Pedagoga da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET) da UTFPR. E-mail: neura.w@gmail.com.

³ Mestrando em Tecnologia, área de concentração Tecnologia e Sociedade, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). É Professor de Filosofia e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET) da UTFPR. E-mail: marcileigermano@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo pretendemos trazer algumas reflexões em torno das perspectivas e desafios para a formação profissional no atual contexto da educação e do mundo do trabalho. Sem a pretensão de fazer uma análise exaustiva, dada a complexidade do tema, apoiaremos a reflexão na filosofia marxiana enquanto concepção de uma ontologia histórico-materialista do trabalho, na perspectiva de demonstrar a possibilidade desse referencial teórico nortear a formação do trabalhador em um momento histórico em que os processos de trabalho estão submetidos cada vez mais intensivamente à lógica do modo de produção capitalista.

Partindo desse referencial propomos uma educação que busque romper com a visão linear e unilateral, onde homem e trabalho se constituem como algo distinto, rumo a uma perspectiva de formação geral e específica para o trabalho, contribuindo no sentido de vincular os processos de apropriação e produção do conhecimento às necessidades do mundo do trabalho, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho, isto é, uma ação transformadora no mundo, de si, para si e outrem, mesmo que o modo de produção capitalista e suas sucessivas reestruturas nos processos de trabalho venham submetendo o trabalhador a uma busca frenética por formação e qualificação profissional.

Cabe-nos apontar para as relações de trabalho historicamente circunstanciadas e as formas de vida que se produzem a partir destas relações, como o material substantivo ao qual desenvolveremos os processos pedagógicos que nortearão a prática educativa de formação do trabalhador, embora objetivamente o sistema capitalista de produção não possibilita a emancipação humana pela educação, mas um ensino funcional ao trabalho produtivo.

Iniciamos trazendo algumas reflexões em torno dos fundamentos histórico-ontológicos do trabalho e sua relação com a educação, visando demonstrar a contribuição da filosofia marxiana como fundamentação indispensável ao se pensar a formação do trabalhador.

Em seguida abordamos alguns aspectos relativos às transformações no processo de trabalho sob o modo de produção capitalista buscando refletir em torno da educação requerida do trabalhador perante as mudanças no mundo do trabalho. Objetivamos demonstrar como historicamente a educação para o trabalho, na sociedade de classe, esteve direcionada aos processos produtivos. O trabalho foi deixando de ser ontológico para se tornar uma forma do homem produzir seus meios de vida, garantir sua sobrevivência, sua subsistência, e assim reproduzir-se apenas como força de trabalho.

Dado esse panorama, tendo em vista a disputa de projeto na sociedade e a formação dependente⁴ a que fomos submetidos, trazemos algumas reflexões que possam nos auxiliar a pensar um projeto de formação do trabalhador que venha romper com uma educação unilateral na perspectiva de uma formação unitária e omnilateral e, que contribua no processo de emancipação humana.

⁴ Conceito desenvolvido no interior do artigo conforme FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975; FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1981; e MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. São Paulo: Vozes, 2000.

Por último, apontamos ainda as perspectivas e os desafios da educação profissional para a classe trabalhadora ao trazermos alguns elementos na tentativa de caracterizar minimamente o atual contexto da educação profissional no Brasil.

Concebendo a escola enquanto espaço de contradições, por esta estar colocada para a classe trabalhadora como espaço de luta pelo saber e da articulação desse saber com a construção de um projeto de educação e sociedade, entendemos que ela não deve ser funcional ao capital, mas deve apontar para além dele. No transcurso da análise percebemos que, diante da demanda de educação do trabalhador, um dos desafios postos à criação de políticas para a educação profissional é considerar a complexidade do atual contexto do mundo do trabalho em que, nas empresas, o trabalhador vê-se diante de um sistema dual de produção, e fora dela enfrenta todo tipo de trabalho precarizado.

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Apreender o mosaico de sentidos que assume a formação do trabalhador, no atual contexto de transformações no mundo do trabalho, requer que façamos um delineamento crítico das bases conceituais nas quais nos apoiamos. Se nos últimos anos, como afirmam Lessa & Tonet (2008), em se tratando de teoria do conhecimento, o neopositivismo tomou conta do cenário sócio-político e econômico, sob a alegação de recusa de princípio em face da ontologia materialista do trabalho, retomamos da filosofia de Marx a ontologia histórico-materialista. Ao delimitarmos essas bases conceituais, reafirmamos a importância da filosofia marxiana, pois busca captar o ser em seu conjunto, no processo histórico, isto é, afirma que não existe uma essência humana imutável e independente da história.

Propomos uma análise que insere o materialismo histórico como uma concepção de mundo, que expressa uma visão de conjunto da humanidade no seu movimento histórico, considerando seus problemas e as suas contradições, o que não pode deixar de incluir a possibilidade de superação da estrutura social em que vivemos como condição para sua efetivação.

A produção das idéias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, linguagem da vida real. [...] Os homens são os produtores das suas representações, idéias etc., mas os homens reais, os homens que realizam [...] A consciência (das Bewusstsein), nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente (das bewusst sein), e o ser dos homens é o seu processo real de vida (MARX e ENGELS, 2009, p. 31).

Aqui se encontra um duplo problema à formação do trabalhador. Se por um lado a realidade exige mudanças, como, sob o jugo cotidiano de uma vida baseada em privações poder ter consciência de, mesmo sob essas condições, estarmos fazendo parte de um processo histórico?

Segundo Marx (2001), os homens são artífices de sua própria história, isto significa que ao transformarem a realidade por meio do trabalho, transformam a si mesmos, isto é, se modificam e se constroem como seres humanos. No entanto, não o fazem como querem e sim segundo as condições que herdaram da forma de organização social anterior. Tal relação do homem com a natureza tem seu fundamento no trabalho, isto é, na ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem. É, portanto, por meio da atividade do trabalho que o homem se torna um animal social. Nessa

relação orgânica do homem com a natureza se expressa a possibilidade de sua evolução social, isto é, retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Por isso, os homens, pelo

trabalho na prática diária de suas atividades diferenciadas na medida em que produzem (criam) e reproduzem (conservam) suas vidas. E essa atividade, ao mesmo tempo conservação e criação de condições objetivas (naturais) de existência, é realizada na e com a natureza. Assim, a interação do homem com a natureza significa, antes de tudo, evolução social, a qual, no entanto, somente se manifesta através do trabalho como condição *sine qua non* (PELIANO, 1990, p. 18).

Esta ação sobre a natureza que conhecemos como trabalho, compreendido como um processo histórico que ao longo dos tempos foi se complexificando, lança as bases do ser social, diferenciando o homem de outros animais pelo fato de sua existência ser determinada não só pelos fatores naturais, mas especialmente pelos fatores sociais.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Conforme Lima Filho e Queluz (2005, p. 20), devemos considerar o trabalho em sua dupla dimensão: na perspectiva ontológica, que dá a genericidade e especificidade do ser humano e social e, portanto, pelo trabalho e outras dimensões da sociabilidade se faz sujeito da história; e, por outro lado, a dimensão histórica, correspondente às diversas formas assumidas pelo trabalho ao longo do desenvolvimento dos vários modos de produção, sendo que sob a dominância do modo de produção capitalista o trabalho assume a dimensão alienada e inclusive de exclusão social, seja pelo desemprego ou mesmo pelo desempenho de atividades/emprego/trabalhos degradantes. O trabalho, em seu desenvolvimento histórico, assume

características específicas e determinadas conforme as diferentes relações sociais de produção construídas ao longo da história da humanidade. Neste aspecto, sob a dominância das relações capitalistas de produção, o trabalho assume um duplo aspecto: produtor de condições necessárias à vida, portanto, à satisfação das necessidades humanas, valor de uso; produtor de mercadorias, portanto, valor de troca, necessário ao processo de reprodução e valorização do capital. Esta dimensão contraditória do trabalho representa a sua forma histórica degradada e alienada sob o domínio das relações capitalistas de produção (LIMA FILHO e QUELUZ, 2005, p. 20).

Tais dimensões ontológicas e históricas que se constituem processos contraditórios de construção e de alienação de sujeitos sociais, permitem-nos compreender a categoria trabalho como fonte de produção e apropriação de conhecimentos e saberes, portanto como princípio educativo (GRAMSCI, 1979). Para Saviani (2007), trabalho e educação são atividades especificamente humanas, isto é, atributos - essenciais ou acidentais - do ser humano; sua essência.

Pelo ato do trabalho, portanto, origina-se o homem. No processo de desenvolvimento histórico, através do trabalho, o homem, desde a antiguidade, passando distintas formas de organização social, foi adquirindo conhecimentos singulares ao satisfazer suas necessidades cotidianas, o que elevou seu conhecimento da realidade. Essas novas situações e esses novos conhecimentos a que foram submetidos fizeram com que o homem se desenvolvesse permitindo assim uma constante construção de novas situações históricas e de novas relações sociais.

O processo de articulação homem/natureza caracteriza-se como fundamento histórico-ontológico, pois é um processo produzido e desenvolvido num longo tempo histórico, através da ação dos homens em satisfazer as necessidades decorrentes das diversas situações a que são submetidos, obtendo dessa forma como resultado desse processo de produzir sua existência, o próprio homem, sendo também um ato de apropriação do conhecimento, que agora se tornou um patrimônio da humanidade, que se educa e educa as sucessivas gerações.

Cabe-nos verificar como o processo capitalista de produção através da exploração do trabalho, pela sua divisão social e técnica, rompe com a concepção ontológica do trabalho na perspectiva da alienação do trabalhador. No entanto, precisamos estar atentos e verificar nas relações de trabalho e nas formas de vida historicamente circunstanciadas as possibilidades de desenvolvimento de práticas educativas que venham superar o atual estágio de formação, ao qual a classe trabalhadora esta submetida.

TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DO TAYLORISMO/FORDISMO À PRODUÇÃO FLEXÍVEL

Com o advento da sociedade industrial, que representou a hegemonia da indústria sobre as formas de produção agrárias, as novas opções tecnológicas passaram a determinar o processo de trabalho e, cada dia mais, a produção do valor passa a depender menos do trabalho humano vivo, e mais da utilização do trabalho humano morto incorporado e materializado na tecnologia (MARX, 2001). Essas transformações tecnológicas, que se constituem nos ajustamentos da base técnica de produção às determinações da necessidade de valorização do capital, produziram profundas mudanças no mundo do trabalho, com implicações de toda natureza à classe trabalhadora. A "divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção" (KUENZER, 2001, p.12). O sistema capitalista de produção, portanto, rompe a unidade entre teoria e prática produzindo homens que atuam em diferentes posições hierárquicas no sistema produtivo.

Marx (2001), em uma análise da dinâmica social e econômica do capitalismo de sua época, busca demonstrar o surgimento deste novo modo de produção, a saber, o capitalista, que com novas tecnologias traz em seu bojo a intensificação do trabalho e com isso o aumento dos ganhos do capital. A maquinaria em mãos dos capitalistas se transforma em um meio poderoso para aumentar a produtividade do trabalho, prolongando a jornada de trabalho e de diminuindo o tempo necessário de trabalho à produção de uma mercadoria. Este é o novo fenômeno da indústria moderna, que põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho, aumentando a velocidade e a eficácia, expandindo assim seu valor (HOBBSAWM, 1996).

Marx (2001) ressalta ainda que a maquinaria como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho, facilitando-o, sendo uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumentando a riqueza produzida, mas que sua aplicação capitalista gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores, aumentando a produção do luxo para os detentores dos meios de produção.

O processo de organização do trabalho, em face das novas e crescentes necessidades do sistema do capital, foi se complexificando. O sistema taylorista/fordista de organização do trabalho se desenvolveu juntamente com as economias capitalistas, fundado na produção e no consumo de massa, mas já na década de 1970 devido às constantes crises econômicas demonstrava instabilidade. A produtividade estancou-se, os lucros caíram e, em consequência, também os investimentos, levando a um esgotamento técnico e social do fordismo (CORIAT, 1992). A recessão causada pelo choque do petróleo de 1973 foi um elemento conjuntural adicional a esta situação.

O sistema taylorista/fordista de organização do trabalho nos diversos ramos produtivos se caracterizava por longas horas de trabalho rotinizado e racionalizado, no qual o trabalhador não tinha controle sobre o projeto, o ritmo e a organização de seu trabalho. A decomposição do trabalho em linhas de montagem automatizada ao longo da qual o trabalhador operava tarefas fragmentadas numa posição fixa, impunha um ritmo de trabalho subordinado à linha de montagem, o que trazia altos ganhos de produtividade para as empresas. A separação entre gerência, concepção, controle e execução da produção, a racionalização do trabalho e a mecanização com equipamentos especializados atingiu níveis extremos em seu período predominante. O engenheiro industrial pensava, planejava e controlava todas as tarefas, ou seja, a concepção e execução se davam separadamente e verticalizadas, se garantido a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Com relação aos requisitos de formação para ingresso na empresa taylorista/fordista as exigências eram tão somente as necessárias ao desempenho de tarefas específicas. O que parecia ser uma especialização do trabalho representou em desqualificação, pois o trabalhador permanecia imobilizado por anos numa mesma função restrita. O que efetivamente não se dispensava na empresa taylorista/fordista era a “capacidade do trabalhador abstrair-se de sua própria vontade durante um longo período de sua vida” (PINTO, 2007, p. 34).

Como requisitos de perfil profissional nos processos de recrutamento e seleção de pessoal para os postos de trabalho da empresa taylorista/fordista se privilegiava atributos psicofísicos e, para algumas funções específicas, a força muscular era valorizada. O trabalhador tinha um saber instrumental que se traduzia em saber lidar com a máquina, portanto exigia-se o saber fazer. Segundo Pinto (2007, p. 27), o que se buscava era “a possibilidade de empregar pessoas cujo conhecimento técnico e experiência não ultrapasse as exigências dos postos a serem ocupados”. Para suprir eventual necessidade de maior conhecimento, Kuenzer (1985, p. 161) afirma que a figura do instrutor nos próprios postos de trabalho funcionava como “o principal pedagogo do trabalho capitalista”, pois cabia a ele ensinar aos demais trabalhadores suas funções.

A indústria brasileira, bem como os demais setores da economia, iniciam no final da década de 1980 um processo de transição do sistema taylorista/fordista de organização do trabalho e produção, para a flexibilização da produção. Passou-se da rigidez do fordismo para a acumulação flexível do capital em consequência da reestruturação econômica e do reajuste social e político ocorrido em nível mundial (HARVEY, 2001). Em todos os setores as novas tecnologias e as inovações na organização e gestão da produção, assim como na estrutura e funcionamento das empresas foram intensificadas

e aceleradas na década de 1990, difundindo-se aos diversos ramos da economia (ANTUNES, 2000).

O novo padrão de produção flexível, com novas tecnologias e métodos inovadores de organização do trabalho, começa a ser adotado, embora não de forma homogênea, pela indústria brasileira. Algumas alterações foram organizacionais como o sistema *just-in-time* que traz a idéia do tempo justo. Apóia-se na premissa central de que a produção é puxada pela demanda. Assim, os estoques são reconstituídos em função do que foi vendido. O trabalho da fábrica é decomposto de maneira que o transporte e o controle de qualidade devem ter um tempo limitado, e a estocagem precisa ser evitada. O *kanban*, um sistema visual de circulação de informações em cartões, organiza concretamente a produção de forma flexível a partir da demanda. Intimamente associada a esse processo de redução de estoques encontramos a desverticalização da produção, através da qual as empresas desenvolvem relações de subcontratação com fornecedores de suprimentos e serviços (GOUNET, 1999, p.26-29).

Essa nova configuração organizacional transformou a maneira concreta como os trabalhadores realizavam seus trabalhos, interagiam entre si e com as chefias. Nesse momento, a capacidade de leitura e compreensão de textos ganha importância, a comunicação é valorizada para efetivar o trabalho em grupo, nos programas participativos e de sugestões. O domínio da matemática básica torna-se imprescindível para o uso de certas ferramentas de controle de processos de produção. O funcionamento efetivo das novas tecnologias demandou aos trabalhadores novas habilidades, conhecimentos práticos e teóricos, assim como uma mudança de atitudes e comportamentos face à produção.

Para as empresas, a necessidade de trabalhadores com um maior nível de escolaridade tornou-se uma exigência pelas ferramentas de gestão e as técnicas organizacionais introduzidas nos processos de trabalho, que passaram a exigir que o trabalhador tenha noções de matemática básica e estatística elementar, além de um bom domínio da língua portuguesa. Já a maior escolaridade é uma necessidade inerente a processos produtivos baseados na participação do trabalhador como a organização da produção em células, nos quais os trabalhadores precisam ser capazes de formular, clara e objetivamente, suas idéias a respeito de melhorias de processos, portanto precisam desenvolver sua capacidade comunicativa. Ou seja, passou-se a exigir do trabalhador "a capacidade de agir intelectualmente e pensar produtivamente, de educar-se permanentemente, de trabalhar independentemente com autonomia nas tomadas de decisão ao enfrentar situações não previstas e contribuir originalmente para resolver problemas complexos" (KUENZER, 1998, p.73), o que não se viabiliza sem a universalização da Educação Básica.⁵

Enquanto que no paradigma taylorista/fordista se valorizava o saber fazer, no novo paradigma foi acrescido o saber ser e conviver. Os requisitos de seleção dos trabalhadores aos novos postos de trabalho foram alterados drasticamente e a certificação de escolaridade, que atestam níveis de ensino da educação básica concluídos, passou a integrá-los.

⁵ Ao nos referirmos à Educação Básica incluímos seus dois níveis: Ensino Fundamental e Ensino Médio além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme LDBEN 9394/96. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/9394.htm>. Acesso em 11/02/2010.

Os critérios de recrutamento e seleção de pessoal do taylorismo/fordismo contribuem na compreensão, por exemplo, dos dados da PNAD⁶ 2008 que apontaram a baixa escolaridade de pessoas acima dos sessenta anos de idade no Brasil. Segundo consta no documento Síntese de Indicadores Sociais – 2009, “a população brasileira com 60 anos ou mais ainda mantinha altas taxas de analfabetismo: 32,2% não sabiam ler e escrever e 51,7% eram analfabetos funcionais (tinham menos de 4 anos de estudo)” (BRASIL, 2009, p. 12).

Podemos afirmar que a população acima retratada é também composta daqueles trabalhadores que no período de aceleração da reestruturação produtiva tinham em torno de 30 anos de idade e, que perderam seus empregos pela drástica diminuição dos postos de trabalho nos diferentes setores produtivos e comerciais. Isso gerou um grande contingente de trabalhadores que se obrigou a buscar sua sobrevivência no setor de serviços, no subemprego ou na informalidade. Por outro lado, no período não houve políticas públicas suficientes que garantissem a elevação da escolaridade básica para esses trabalhadores.

Mas no contexto do mundo do trabalho no qual a classe trabalhadora está concretamente situada, a precarização do trabalho é uma tendência permanente no modelo de acumulação flexível do capital. Segundo Antunes (2009), “vivemos hoje uma precarização da força de trabalho sem precedentes em toda a história do capitalismo e a tendência é precarizar, informalizar, terceirizar, subcontratar, destruir direitos e ampliar o bolsão de desempregados” (ANTUNES, 2009. Transcrição de fala). São estratégias cujo objetivo é assegurar em nível internacional a lógica da acumulação capitalista através da flexibilização “dos mercados, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado” (PINTO, 2007, p. 40).

DEMANDAS DE EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O avanço da reestruturação produtiva no Brasil, e as consequentes transformações dos processos de trabalho geraram novas demandas de educação e qualificação técnico-profissional dos trabalhadores, visto que alterou substancialmente a natureza do trabalho e seu conteúdo em todos os setores da economia, embora não de forma homogênea. Aos trabalhadores isso significou novas exigências de qualificação de forma que a elevação dos níveis de escolaridade via educação formal passou a ser um requisito fundamental para se permanecer empregado ou ingressar em alguma empresa.

No entanto, a reestruturação produtiva afetou a classe trabalhadora segmentando-a em dois grupos distintos: um grupo minoritário de trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige uma maior qualificação, maior participação e polivalência, e outro formado pelos trabalhadores que ocupam os postos de trabalho precarizados, os temporários ou em tempo parcial, e os subcontratados. Embora a demanda de qualificação seja diferente, de ambos os grupos se exige a elevação da escolaridade básica. E mais ainda, segundo Peliano (1998), no que se refere às demandas de qualificação para o trabalho,

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

verificou-se que se deve ter em conta, pelo menos, três tipos de demandas: aquela que o trabalhador espera receber; aquela requerida para a operação da nova tecnologia (exigência da empresa que a produz), e aquela requerida pela empresa que adota a nova tecnologia - pode-se adicionar uma quarta, que seria aquela transmitida ao trabalhador pelo curso profissionalizante respectivo. Nesse caminho, a nova cultura pretendida para o trabalho, desafortunadamente, tem se reduzido quase sempre aos interesses imediatos das empresas que adotam a nova tecnologia (PELIANO, 1998, p. 9).

A exigência de elevação dos níveis de escolaridade para a totalidade da população e para a classe trabalhadora, muitas vezes se dá em nome de uma idéia ilusória de empregabilidade. Segundo Kuenzer (1999, p. 24) “do homem comum de massa passou-se a exigir um aporte mais ampliado de conhecimentos e habilidades cognitivas superiores para que pudesse participar da vida social e produtiva”, o que não significa garantia de emprego com carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados, afinal, a nova fase de acumulação flexível do capitalismo se sustenta na base da precarização das relações de trabalho.

Sabemos que o processo de conhecimento tem uma estreita relação com o modo de produção e reprodução da vida humana. Segundo Pinto (2007, p.70), o papel das instituições de ensino nesse processo tem se pautado “por um reforço em torno de uma formação básica e generalista, buscando adequar os trabalhadores aos futuros postos multifuncionais ou às muitas mudanças de emprego que deverão enfrentar ao longo da vida”. Ao trabalhador isso implica em permanente qualificação e requalificação profissional. Ressaltamos, no entanto, que essas exigências de permanente “requalificação” do trabalhador advindas das mudanças no mundo do trabalho tem servido, mais uma vez, para intensificar a extração de mais-valia em prol da acumulação do capital.

Diante dessa insegurança constante que vive a classe trabalhadora no sentido de não saber se garantirá seu sustento e o de sua família, várias questões se colocam. Uma delas gira em torno de quais seriam os desafios para a educação profissional no atual contexto do mundo do trabalho em que os trabalhadores integrados formalmente em alguma empresa encontram-se diante de um sistema de produção dual que se compõe de uma combinação do modo fordista de produção com o modo flexível de produção e organização do trabalho. Essa heterogeneidade e coexistência de formas advindas de diferentes padrões tecnológicos e organizacionais trazem como conseqüência a convivência de trabalhadores desempenhando suas funções segundo diferentes paradigmas, numa mesma empresa.

Dentro desta perspectiva de análise de um país de formação dependente, que se insere na divisão internacional do trabalho de forma subordinada e que forma o trabalhador dentro da demanda do capital, como pensar um projeto de educação/formação técnico profissional que vá além do imediatismo corrente na visão dominante e que atenda às necessidades da “classe trabalhadora científica técnica, filosófica, cultural e politicamente com sólidas bases que a tornem capaz de viabilizar esse projeto?” (FRIGOTTO, 2006, p. 275). Esse é um desafio concreto a ser enfrentado no espaço contraditório da escola, instituição responsável pela formação dos quadros que o sistema capitalista necessita para reprodução de sua lógica, mas que deve trabalhar na perspectiva da emancipação humana para uma vida cheia de sentido. Para esse enfrentamento consideramos o referencial de análise que parta da filosofia marxiana, enquanto concepção de uma ontologia histórico-materialista do trabalho, imprescindível na busca por respostas a esse desafio.

Mas as políticas de formação tem sido promotoras de ajustamento técnico para a execução do trabalho, buscando atender ao sistema de produção. Kuenzer (2006) aponta para a dimensão subordinada das políticas de educação profissional e do discurso da qualificação profissional, que “não só não surtiram o efeito anunciado como ainda tornaram mais precarizadas as ofertas educativas” (KUENZER, 2006, p. 878), levando à compreensão de que a educação está subordinada ao modo de produção vigente, além de não proporcionar uma formação de qualidade.

Analisando as iniciativas governamentais voltadas a formação dos trabalhadores, nas últimas décadas, constatamos que a política voltada a essa formação, após o dismantelamento que sofreu a educação profissional com o Decreto n.º 2.208/97 (BRASIL, 1997), encontra-se pulverizada em diversos programas dispersos, destinados a distintos públicos, embora tendo em comum a preocupação com o desemprego e a elevação da escolaridade da população.

Entendemos que a educação e formação do trabalhador requer um diálogo interministerial, bem como a elaboração de programas e políticas conjuntas. Não é possível a criação de programas de formação para o mundo do trabalho sem um diálogo entre o Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sem uma interlocução com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE, pela urgência que esses trabalhadores tem de terem trabalho que gere renda e lhes garanta sua subsistência e dignidade de vida.

Embora todas os programas existentes façam parte das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação, muitos desses programas não foram concebidos e não estão ligados diretamente ao MEC, mas alocados em outros ministérios, secretarias ou ligados diretamente a Casa Civil. São programas que repassam recursos federais significativos destinados à melhoria das instalações das escolas, à ampliação de laboratórios e bibliotecas escolares, à formação de professores e gestores objetivando melhorar as práticas pedagógicas das escolas aos estados, às redes federais, aos municípios e também ao sistema S que, por sua vez deve garantir um percentual de vagas gratuitas aos trabalhadores.

No entanto, essa parece que tem sido a tônica também em outros países, de modo que o tema foi pautado na VI CONFINTEA,⁷ cujo relatório traz um dos desafios globais para a oferta de educação de adultos da seguinte maneira:

Aunque asistimos a un aumento de la diversidad de los programas de aprendizaje y educación de adultos, en la actualidad se concentran en la enseñanza y la capacitación profesionales. Faltan enfoques más integrados del aprendizaje y la educación de adultos para abordar el desarrollo en todos sus aspectos (económico, sostenible, comunitario y personal) (UNESCO, 2009, p. 9).

Diante desse quadro de programas de educação profissional, dispersos em diversos ministérios, a questão que se coloca é perceber que estes refletem uma lógica presente no sistema capitalista e que suas bases de produção necessitam de uma formação também dispersa adequada à sua lógica. Isso demonstra que as políticas de formação não passam de um ajustamento técnico para a execução do trabalho, ou ainda, de um imediatismo na busca de atender o sistema de produção.

⁷ Conferência Internacional de Educação de Adultos.

A escola, enquanto espaço de contradições, mesmo atuando como agente de permanente formação da classe trabalhadora para a subalternidade, tem a perspectiva de ser um espaço potencializador do desenvolvimento integral do trabalhador. Nesse sentido, entendendo a formação do ser humano em seu conjunto como um processo histórico a formação do trabalhador precisa passar por um processo que articule a teoria e a prática na perspectiva da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, sendo sujeitos da história. Entendemos que o trabalho como princípio educativo contribui na formação do trabalhador, tomando-se como um processo que, articulando ciência, cultura, tecnologia e sociedade, possibilita uma sólida formação geral fundamentada nos conhecimentos acumulados pela humanidade, através de uma organização curricular que promova a apropriação dos saberes de caráter mais amplo e genérico (científicos e culturais) voltados para o desenvolvimento humano.

A formação para o trabalho na perspectiva da formação integral e unitária, que tem o trabalho como princípio educativo, inclui o aprendizado de habilidade técnicas, mas seu principal objetivo é que os educandos compreendam os fundamentos científicos que estão na base das diferentes tecnologias que caracterizam as relações de produção e seus processos produtivos, bem como as tecnologias e os conhecimentos tecnológicos que estão na base das diferentes técnicas de produção.

Construir essa proposta político-pedagógica na perspectiva de uma visão de mundo crítica e criativa articulada a valores e identidades, com base na compreensão teórico-prática das ciências que permitam entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade e as diferentes dimensões da vida humana, é um desafio colocado para a classe trabalhadora no plano da formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos trazer algumas reflexões em torno dos desafios e das perspectivas para a formação profissional dos trabalhadores no atual contexto da educação e do mundo do trabalho. Nos apoiamos nas bases conceituais da ontologia histórico-materialista que nos brindam com os fundamentos para compreender o processo de fazer-se humano pelo trabalho em seu conjunto num processo histórico, que por meio do trabalho se fez homem e cotidianamente por meio dele se transforma. A relação do trabalho com a educação foi vista como processo histórico ontológico em que pelo trabalho o ser humano se eduque como sujeito de sua própria construção histórica.

Ao abordarmos aspectos do contexto das constantes transformações no processo de trabalho, procuramos demonstrar que as relações entre educação e trabalho estão sempre vinculadas às relações de produção historicamente desenvolvidas, à uma divisão social e técnica do trabalho como condição indispensável do modo de produção capitalista (KUENZER, 2001).

Pudemos observar que a educação requerida do trabalhador é a que prepara para os vários trabalhos que terá que enfrentar ao longo da vida, ou ainda, é uma forma de educá-lo para a inserção subordinada aos postos de trabalho existentes, permitindo a contínua acumulação do capital, embora os trabalhadores busquem elevar sua escolaridade básica com formação

profissional, para se capacitarem a um trabalho remunerado mais seguro no sentido de melhorar seu padrão e qualidade de vida individual, familiar e social.

Na perspectiva de uma disputa de projeto de construção de sociedade, buscamos salientar a necessidade da construção de uma formação para o trabalho que possibilite a apropriação do conhecimento de todo o processo de produção e que busque a formação integral do ser humano sob as bases de compreensão teórico-prática das ciências no sentido de uma formação social, econômica, política e cultural da sociedade atendendo às diferentes dimensões da vida humana.

Demonstramos como que a compreensão da dimensão ontológica da filosofia marxiana – do trabalho como categoria fundante do ser social – pode contribuir para que, de posse desse referencial teórico, possamos nos desafiar a construir um projeto de educação profissional que leve em conta a necessidade histórica de emancipação da classe trabalhadora.

Ressaltamos ainda que nossa percepção de que um desafio posto à formação do trabalhador via educação profissional é não ignorar esse panorama complexo do atual contexto do mundo do trabalho em que, nas empresas o trabalhador vê-se diante de um sistema dual de produção e fora dela o trabalhador enfrenta todo tipo de trabalho precarizado. As reflexões feitas aqui, em torno dos desafios e das perspectivas para a formação profissional dos trabalhadores no atual contexto da educação e do mundo do trabalho, guardam possibilidades de desencadear um rico debate junto ao contexto de luta de classe nesse momento histórico.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ANTUNES, R. **Entrevista.** Congresso Internacional Karl Marx. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gqZmAN4dHtM>>. Acesso: 10/05/2009.
- BRASIL. **Decreto n.º 2.208/1997.** Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 12 de jan. de 2010.
- BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais** - 2008. Rio de Janeiro: IBGE/PNAD, 2009.
- CORIAT, B. **El taller y el robot.** México: Siglo XXI, 1992.
- FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho educação no Brasil hoje. In: LIMA, Júlio César França e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 241-288.
- GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.
- KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- KUENZER, A. Z. Educação Profissional: categorias para uma nova Pedagogia do Trabalho. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.25, n. 2, p.19-29, mai./ago.1999.
- KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUENZER, A. Z. Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas públicas de inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.27, n.96 - Especial, p. 877-910, out.2006.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LIMA FILHO, D. L.; QUELUZ, G. L. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, CEFET-MG, 2005.
- MARX, K. **O Capital**. Vol. I. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PELIANO, J. C. P. Reestruturação produtiva e qualificação para o trabalho. **Educação & Tecnologia**, Curitiba, PPGTE/CEFET-PR, ano 2, n.3, ago.1998.
- PELIANO, J. C. P. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: UnB, 1990.
- PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd/Autores Associados, v.12, n.34, p.152-165, jan./abr.2007.
- UNESCO. CONFINTEA – Marco de acción de Belém. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 6, Belém, 2009. **Anais...** Disponível em <http://forumeja.org.br/files/Belem_Final_es.pdf>. Acesso em 19/01/2010.